

A Ajuda Humanitária no Afeganistão*

Octávio Ramos Vieira

Tenente-Coronel do Serviço de Material. Entre Abril e Novembro de 2005 foi oficial coordenador de operações psicológicas (ISAF HQ Psyops Theatre Distribution Manager). De Novembro de 2005 a Abril de 2006 foi oficial de ligação na área da cooperação civil-militar (ISAF HQ JEC CJ9 CIMIC LNO). Desde Fevereiro de 2011 desempenha funções na Célula das Informações do HQ ISAF, sendo OPR da INTEL para o Processo de Transição (ISAF HQ DCOSINT CJ2 PLANS).

Resumo

Este é um testemunho pessoal baseado na experiência acumulado pelo autor no acompanhamento de operações de ajuda humanitária, efectuando uma comparação geral entre as Missões de Paz da NATO no Kosovo (KFOR) e Afeganistão (ISAF), de forma a elencar as percepções sobre as respectivas diferenças e aquilo que ainda necessita de ser feito em ambas por parte das Nações Unidas, da União Europeia e agências nacionais no que concerne à ajuda humanitária.

Após uma intervenção militar a “conquista do corações e das mentes” da população é essencial e a melhor forma de os conquistar é através da transmissão de esperança e de uma perspectiva de que o seu futuro pode vir a ser melhor.

A mudança de estratégia no Afeganistão e os recentes incidentes fronteiriços no Kosovo demonstram quem persistem inúmeros desafios à segurança de ambos os países, mas o caminho da estabilidade, da segurança, da sustentabilidade económica e da paz, ainda que difícil de percorrer não é impossível de alcançar.

Abstract

The Humanitarian Assistance in Afghanistan

This is a personal testimony based on the author's several years of experience on humanitarian aid. In this article, we make a general comparison regarding the KFOR NATO Mission in Kosovo and ISAF NATO Mission in Afghanistan in order to give a perception of the differences and what still needs to be done by the United Nations, the European Union and national agencies on both of these missions concerning humanitarian aid.

After a military intervention the “conquer of the hearts and minds” of the local population is vital and the best way to accomplish this is by giving them true hope and the prospect of a better future. The recent change of strategy in Afghanistan and the border clashes in Kosovo, demonstrate that there are plenty of security challenges in both countries, but the path to achieve stability and a safe and secure environment through economic sustainability and peace, albeit difficult, is not impossible to grasp.

* Comunicação efectuada pelo autor aquando do seminário internacional “Afeganistão: Que Futuro?” realizado no dia 23 de Junho de 2010, no Instituto da Defesa Nacional e actualizada relativamente a Outubro de 2011.

Introdução

Portugal, como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), tem vindo a participar activamente em diversos conflitos em que a mesma Organização se tem envolvido nos últimos anos.

São exemplos o da Bósnia Herzegovina (SFOR), Kosovo (KFOR) e mais recentemente o do Afeganistão (ISAF). Em todos eles a NATO actuou sob um Mandato da Organização das Nações Unidas (ONU). Também, em todos eles, se assistiu às diversas fases e evolução do conflito bem como ao Apoio/Ajuda Humanitária por parte de Organizações Internacionais (IO) aos mesmos.

Para melhor situar quando, nessas fases, se assistiu ao Apoio Humanitário, torna-se necessária uma pequena introdução de forma a compreender o seu enquadramento nas Missões NATO-ONU-UE (União Europeia).

A experiência acumulada em teatros como o do Kosovo, Iraque e Afeganistão permite-nos efectuar comparações e perceber como a situação evoluiu no terreno até que fossem criadas condições para a entrada da Ajuda/Apoio Humanitário.

Hoje, na NATO e respectivos quartéis-generais trabalha-se num ambiente de Operações Baseadas em Efeitos (*Effects-based Operations* – EBO), criando-se um ciclo de efeitos desejados, formas para os conseguir, avaliando-os, revendo-os e criando novos, de acordo com os objectivos a alcançar.

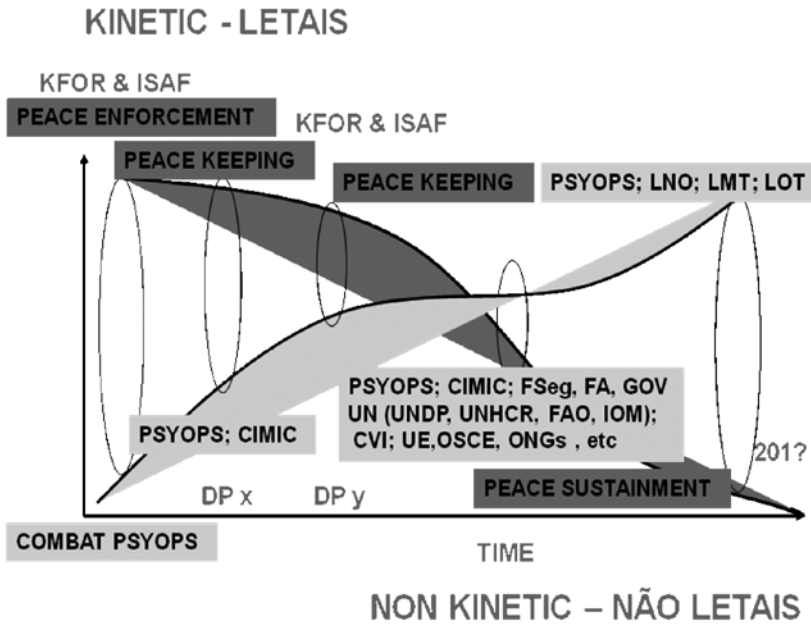
Há também as chamadas *kinetic actions* (KA) e *non kinetic actions* (NKA), ou acções letais e não letais. Ambas estão presentes num conflito e sofrem uma evolução quantitativa e qualitativa de acordo com o desenrolar que esse conflito sofre ao longo de uma linha de tempo. Em todos os conflitos temos, inicialmente, uma fase em que as KA têm preponderância sobre todas as NKA.

Após haver uma Resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que legaliza a operação, há que “forçar” ou “obrigar” a(s) força(s) envolvidas a aceitar as condições dessa mesma Resolução ou seja, estamos perante uma situação de *Peace Enforcement*, como se assistiu na Bósnia, Kosovo e Afeganistão.

As NKA empregues nesta fase inicial são as *Combat PSYOP*, expressas em lançamento de panfletos vários, emissões de rádio e televisão na língua local, com vista a explicar as reais intenções da Organização Internacional relativamente ao conflito em questão, aconselhar à deposição de armas, etc. A NATO efectuou este tipo de NKA na Sérvia e no Afeganistão, devidamente coordenadas com as KA.

O quadro abaixo, que faz referência à KFOR e ISAF explica, de uma forma simples, como se desenrolam e evoluem os diversos conflitos, de forma sinusoidal. Só após se terem atingido os efeitos desejados, se passa a uma fase seguinte, assim como só após se terem criado determinadas condições no terreno e fora dele, se podem aceitar novos “actores”, como as Agências e Organizações de ajuda humanitária.

Figura 1 - Enquadramento do Esforço Humanitário nas Missões NATO/ONU/UE



A cinza escuro temos as KA e a cinza claro as NKA. Assim, como já referido no início, numa fase de *Peace Enforcement*, as KA estão na sua máxima força, a ideia é destruir o oponente, provocar-lhe o maior número de baixas e apenas as *Combat PSYOP* se utilizam como NKA.

À medida que o conflito se desenvolve e se obtém um cessar-fogo, deixamos de ter uma fase de *Peace Enforcement* e passamos a uma de *Peace Keeping*. É crucial a instalação de tropas no terreno para se conseguir um *Safe and Secure Environment (SASE)* e *Freedom of Movement (FOM)*.

A SASE e a FOM, vão possibilitar a entrada em cena de novos actores que permitirão dar uma imagem de paz, esperança e futuro às populações envolvidas no conflito, fazê-las sentir acompanhadas. Esses mesmos actores são os que desenvolvem NKA, passando agora a sua importância a ser cada vez mais decisiva à medida que a missão se desenrola e as KA vão diminuindo.

São exemplo as PSYOP, ou Operações Psicológicas, agora com a intenção de informar a população acerca da Missão que a NATO irá desenvolver, o que se pretende evitar, o futuro que se espera alcançar, etc. Outro tipo de NKA são as acções de CIMIC (*Civil Military Cooperation*), onde, para além de Oficiais de Ligação (LNO) com os líderes/responsáveis locais, se empregam os meios militares dos

países envolvidos para a reconstrução de alvos estratégicos destruídos durante a fase de *Peace Enforcement*. Nesta fase, imediatamente posterior ao cessar-fogo, têm que ser os militares a actuar no CIMIC e só após a consolidação do SASE e da FOM, e acordos com líderes ou representantes locais e com organizações internacionais é que se vai assistir à entrada destas, como a OSCE, UE, UNHCR, UNDP, e Organizações Não Governamentais (ONG).

A importância das NKA torna-se cada vez maior com o evoluir positivo da situação no terreno ou território, assistindo-se então a uma diminuição das KA.

A partir do momento em que as OI já estão devidamente implementadas no território e as mesmas já dialogam com os responsáveis locais, dá-se início a um processo de criação de um governo, forças de segurança próprias, etc., assistindo-se à retirada progressiva das tropas e equipamento “mais musculado” de vários países e a uma nova fase, a de *Peace Sustainment*.

As acções de CIMIC, que inicialmente são financiadas e da responsabilidade dos países envolvidos, utilizam diverso material de Engenharia e se destinam a resolver problemas urgentes da população, deixam de ser responsabilidade maior dos militares, passando para os Oficiais de Ligação (LNO), que têm como missão primordial pôr em contacto as OI com os respectivos pares do Governo ou, simplesmente, representantes locais.

Para melhor sentir o pulso da população no terreno, criam-se Equipas de Monitorização e Ligação (*Liaison and Monitoring Teams* - Kosovo) ou LOT (*Liaison Observation Team* - na Bósnia- Herzegovina) que ocupam um edifício numa dada localidade/província, e 24 sobre 24 horas, são responsáveis por receber e ouvir a população ou seus representantes, encaminhar os seus pedidos ao Governo ou OI. A elaboração periódica de relatórios que reflectem a situação real no terreno, vai permitir aos Comandantes da Força de Manutenção de Paz informar as estâncias superiores e propor novos passos a seguir.

Pude assistir à evolução acima descrita quando da primeira missão no Kosovo, no início da intervenção da NATO, em Junho de 1999, e durante a última missão em 2010, onde o número de tropas da KFOR sofreu uma redução acentuada e, devido à evolução positiva no terreno, se prepara para mais outra fase, a de *Minimum Presence*.¹

1 Apesar dos últimos desenvolvimentos no que se refere aos problemas fronteiriços no Norte do Kosovo, da experiência adquirida no terreno como KFOR HQ *Assessment Chief* e CIMIC/LNO *Chief*, acompanhei e lidei diariamente com todo o tipo de NKA e o *Assessment* é o mesmo: o móbil desses actos na região fronteiriça deve-se maioritariamente a motivos económicos. A par das convicções de parte a parte, o que mais interessa aos “homens de negócio locais” é que continue a existir um ponto de passagem entre o Kosovo e Sérvia, sem controlo fronteiriço e respectivas taxas aduaneiras.

A colocação e comparação entre a KFOR e a ISAF na figura 1 não é inocente e pretende, após esta descrição ilustrar como evoluem os conflitos e as suas fases, explicar as dificuldades deparadas aquando do período das duas missões que efectuei entre Abril de 2005 e Abril de 2006 pela ISAF, do vivido em Peshawar e Nangahar, em 2008, e na missão actual, também pela ISAF, onde estou desde Fevereiro de 2011.

De facto, tanto na Bósnia como no Kosovo estamos já perante situações consideradas de sucesso pela NATO e em que processos utilizados para se atingir a paz e devolver os territórios aos respectivos povos estão praticamente concluídos.

No entanto, tal não se verifica no Afeganistão, e erradamente, pensou-se que tal seria possível em 2005 e 2006, quando se contemplou a possibilidade de implementar para um processo similar ao da KFOR. Desde essas duas primeiras missões, assisti em vários locais e datas às mais variadas mudanças de sentimentos e percepções por parte da população Afegã relativa à NATO. Quando em 2008 estive em Peshawar no Paquistão, convivendo com Afegãos, alguns deles refugiados desde 1979, aquando da invasão Soviética, a sua opinião sobre a NATO e situação geral do país já era pessimista, descrente e crítica, sendo esse um dos motivos do seu não retorno.

Para se conseguir colocar no terreno as diversas OI e fazer chegar a ajuda/apoio humanitário às populações é crucial que exista SASE (Ambiente Seguro e com Segurança) e FOM (Liberdade de Movimento), algo que não existia nem actualmente existe no Afeganistão.

Procurarei nos pontos seguintes explicar onde a NATO-ISAF assumiu ter errado no Afeganistão e a situação actual no que se refere aos programas de ajuda humanitária.

No Afeganistão: de Abril de 2005 a Novembro de 2005

Em Abril de 2005 inicieei a primeira missão na ISAF, como oficial de PSYOPS, no ISAF TPSE (*Tactical PSYOPs Support Element*), unidade da ISAF localizada em *Camp Warehouse*, a cerca de 16 quilómetros da capital do Afeganistão, Cabul. Para melhor compreender a dimensão deste país, na Figura 2 pode-se ver uma comparação com a Europa.

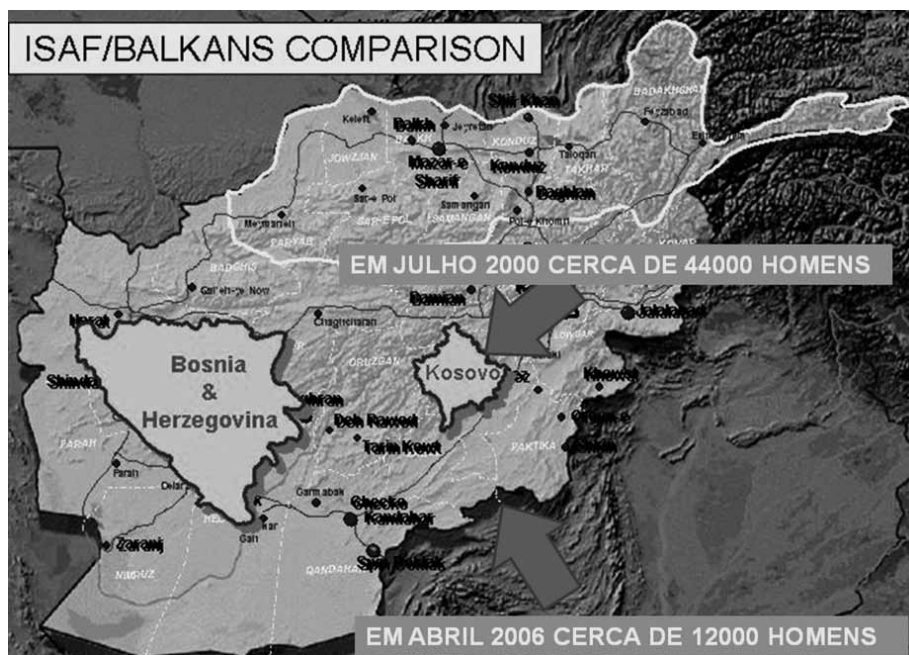
Trata-se, de facto, de um território de grandes dimensões, com um relevo e clima quase inóspito, sendo de difícil acesso, mesmo por via aérea.

Para melhor compreender as dificuldades que se enfrentam, na Figura 3 podemos ver a comparação entre o mesmo território e o da Bósnia e Herzegovina e do Kosovo, bem como as forças da NATO envolvidas à data do fim de missão (EOT).

Figura 2 - Comparação da Dimensão Territorial da Europa com o Afeganistão



Figura 3 - Comparação entre as Missões da NATO no Afeganistão (2006) e nos Balcãs (2000)



Em Julho de 2000, quando regresssei do Kosovo, a KFOR tinha no terreno cerca de 44.000 homens, o que permitia uma ocupação e controlo quase total de um território muito mais pequeno e com todas as facilidades logísticas que não existem no Afeganistão.

Dada a sua localização, à época, como província integrante da antiga Jugoslávia, e tendo Portugal também militares na Bósnia e Herzegovina, a sustentação logística podia ser efectuada por via marítima, através do *Sea Port of Disembarkation* (SPOD), em Salónica, Grécia, ou através de voos periódicos de sustentação da Força Aérea Portuguesa (FAP), apoiando tanto a KFOR como a SFOR.

Tudo era diferente para a ISAF no Afeganistão, que inicialmente apenas se confinou à região de Cabul. No entanto em Abril de 2005 a ISAF iniciou a sua expansão geográfica, com os chamados *Stages 01-04*, que se destinaram a ser fases de ocupação e criação das PRT (*Provincial Reconstruction Teams*) por parte das forças da NATO em diversas províncias do Afeganistão ocupadas, à data, por forças da coligação liderada pelos EUA. Assim, nesta altura, além da “ilha” que era Cabul, a NATO já tinha concluído o *Stage 1*, ocupando a região Norte, de comando Alemão e estava a iniciar o *Stage 2*, que seria a ocupação da região Oeste que teria comando Italiano. Em Abril de 2006, à data da minha partida do território, a ISAF era composta por cerca de 12 mil homens, estando a grande maioria, 7.500, concentrados na capital e os restantes dispersos pelas PRT da região Norte e Oeste.

A comparação entre as forças no terreno num e noutro caso e o tipo de missões da NATO, associadas às características do terreno dão para perceber as dificuldades imensas que tornavam impossível garantir a segurança das populações afegãs com tão poucos militares, ao contrário do que sucedia no Kosovo.

Agências da ONU como a UNDP (*United Nations Development Program*), a UNHCR (*United Nations High Committee for Refugees*), a FAO (*Food Agriculture Organization*), e Organizações Internacionais como a União Europeia, várias ONG bem como fundações ligadas a países árabes, estavam instaladas em Cabul, não se aventurando a sair da cidade, aguardando que fossem criadas condições de SASE e FOM para se poderem instalar por todo o país e desenvolver as suas actividades. Ao mesmo tempo, debatiam-se com falta de pessoal qualificado.

Reforçadamente, ameaças diversas como raptos e atentados não permitiam a concretização do previsto na implementação das PRT que era o de transferir a segurança de cada província a uma dada nação líder, com a reconstrução nas várias áreas – saúde, educação, todas as estruturas básicas do país, etc. – a ser garantida não só por esse país, mas também pelas OI e ONG que tivessem pessoal e meios para lá se instalarem.

À época, a reconstrução do país assentava em cinco pilares liderado por um Estado:

- ANA (*Afghan National Army*): EUA;
- ANP (*Afghan National Police*): Alemanha;
- Justiça: Itália;
- Combate ao narcotráfico, formação da Polícia Afegã de Combate ao Narcotráfico: Reino Unido;
- Reconstrução: Japão.

Enquanto oficial de PSYOP, acompanhei o desenvolvimento dos vários projectos de Operações Psicológicas, como sejam os jornais produzidos pela célula e distribuídos por toda a AO (Área de Operações) da ISAF, programas de rádio, TV e também os *surveys* e os *focus groups* antes das eleições de 18 de Setembro de 2005.

A missão das PSYOP é específica e as notícias têm que tentar cativar e conquistar os *hearts and minds* da população, serem positivas, procurar dar esperança quanto a um futuro melhor. Em 2005, parecia que tudo corria bem, que a paz se instalava lentamente e que o país se desenvolvia as faces dos afegãos eram alegres e cheias de esperança, demonstrando uma completa confiança na NATO e na ONU, bem como em nas agências humanitárias, mas na prática, isto não correspondia bem à realidade, pois a situação estava a degradar-se.²

A imagem real do que se passava em fins de 2005 era de que as Organizações Internacionais tinham imensos projectos e anunciavam a conclusão de várias promessas para breve, mas na prática, sem SASE e FOM, ninguém se arriscava a desenvolver nenhum projecto de fundo. Esta demora e não cumprimento do acordado veio a contribuir, mais tarde, para o descrédito das OI e por atalho, da NATO-ISAF. Mesmo assim, havia quem arriscasse fazer algo e tentasse remar contra a maré, colhendo as consequências disso mesmo, como se descreve seguidamente.

2 Exemplo disso foi a colocação de um cartaz das PSYOP, após as eleições afegãs de 18 de Setembro de 2005, em que se podia ver um homem e uma mulher, ambos com o seu dedo indicador pintado com a tinta comprovativa que tinham votado, tendo por detrás de ambos um edifício imponente, representando o Parlamento Afegão. O que se passou após a colocação desse cartaz foi que a população começou a questionar a NATO, sobre que edifício se tratava, pois não o reconheciam de parte alguma do território. De facto, o edifício apenas existia no papel, ainda nem sequer se tinha iniciado a sua construção e foi tal o impacto causado na população e as questões levantadas pelos líderes locais, que a ISAF, novamente através da Célula de PSYOP, foi obrigada a fornecer informação suplementar para a população compreender que aquele cartaz, assim como as primeiras eleições livres, eram parte do seu futuro.

No Afeganistão: de Novembro de 2005 a Abril de 2006

Em Setembro de 2005 foi acertado por interesse nacional, que deixaria em Novembro as funções que ocupava no TPSE para ir para o ISAF HQ J9 CIMIC/LNO. Como Oficial de Ligação (LNO) da Célula CIMIC do Quartel-General da ISAF, fiquei responsável pela coordenação com dois Ministérios afegãos, o da Energia e Minas e um muito sensível, o dos Assuntos Religiosos, bem como com três Agências da ONU: a UNDP, a UNHCR e a FAO.

A missão anterior, nas Operações Psicológicas, tinha-me dado a possibilidade de observar o futuro do conflito e do próprio país de uma forma muito positiva, pois esse é o objectivo principal dessa mesma Célula de NKA. A missão seguinte veio dar-me uma perspectiva completamente díspar da anterior, mas mais real face à situação no terreno.

As visitas aos Ministérios afegãos e agências da ONU eram planeadas na semana anterior, após acordos prévios com as entidades a contactar, o que me permitiu ter reuniões de trabalho duas vezes ao dia, por vezes três. O deslocamento diário em Cabul e arredores, bem como as reuniões, mas acima de tudo o contacto com os locais, permitiu ter uma imagem clara das preocupações e expectativas da população afegã relativamente ao seu futuro.

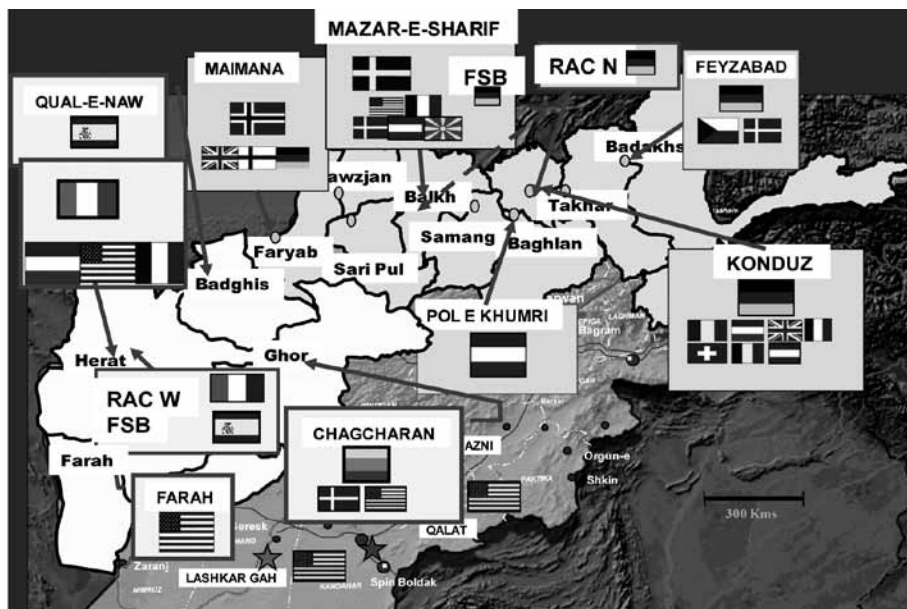
Na altura em que desempenhei a função de LNO, a ISAF entendia que, para desenvolver a actividade CIMIC não era necessário ter um orçamento, ao contrário dos elementos da Coligação liderada pelos EUA ou CFC-A (*Coalition Forces Command-Afghanistan*), que de dois em dois meses recebiam milhões de dólares para a mesma missão: a de apoio aos diversos Ministérios e entidades do governo do Afeganistão.

As diferenças eram enormes e alarmantes, no QG da ISAF, éramos cinco oficiais de ligação, do lado da Coligação, existia um Oficial-General à frente do CIMIC e vários Coronéis norte-americanos com o seu Estado-Maior Multinacional, cada um responsável por um Ministério afegão ou agência internacional.

Ou seja, se relembrarmos o quadro inicial comparativo da KFOR com a ISAF, temos a percepção de que estávamos numa fase em que já não era necessário serem os militares a fazerem CIMIC, utilizando os seus meios, entendendo-se que uma vez que as agências internacionais já estavam no Afeganistão, apenas bastava existirem oficiais de ligação entre essas mesmas agências e os Ministérios afegãos para que tudo corresse da melhor forma.

Uma vez mais recorde que, de facto, a ONU, a UE e várias outras organizações estavam no Afeganistão, mas confinavam-se esmagadoramente à região de Cabul, uma espécie de “ilha” separada das PRT. Na figura 4 podemos ver como estavam distribuídos as PRT no início de 2006.

Figura 4 - Distribuição das PRT no início de 2006



Nos diversos encontros de trabalho que efectuava semanalmente nos Ministérios ou com as agências e OI tentando avaliar as necessidades de cada uma, constatávamos que da parte do governo afegão havia a convicção de que a comunidade internacional, em conjunto com a NATO, iria mesmo ajudar em tudo o que necessitassem. Mas o facto de também o governo estar confinado à capital levava ao desconhecimento dos reais problemas de segurança existentes no país.

A situação mais reveladora do em cima referido foi uma proposta apresentada pelo Ministro das Minas e Energia solicitando à NATO que, com os seus meios, recolhesse toda a sucata (veículos civis, blindados e outros, aviões, peças de artilharia, etc.) espalhada pelo território do Afeganistão desde os tempos da invasão soviética, reuni-la em dois pontos, Mazar-e-Sharif e Cabul, para depois derreter todo o metal e reutilizá-lo.

Se a ideia parecia ser interessante, revelava, no entanto, um total desconhecimento do que se passava no terreno e da missão da ISAF, que agia como *third responder*, apostada em garantir a segurança, tendo como principais actores a ANP (*Afghan National Police*) e o ANA (*Afghan National Army*) para só depois, caso o governo afegão não conseguisse resolver o problema de segurança e a pedido, a ISAF intervir.

A tudo isto acresce-se que a utilização de meios da NATO para o solicitado se revelava totalmente desajustada, tanto pelas forças a empenhar, mas acima de tudo pela possibilidade de atentados que tal situação poderia potenciar. Se tal fosse avante, com a enorme quantidade de sucata existente e nos mais recônditos locais, seria fácil para os insurgentes armadilhá-la e causar baixas nas forças da NATO.

Elaborei o relatório diário onde apresentei a situação ao meu chefe CIMIC, e após a primeira reunião com o Ministro afegão foi sugerido que, para se ganhar tempo e eventualmente saber da existência de alguma entidade/agência externa capaz de desempenhar tal tarefa, que a mesma proposta fosse apresentada por escrito. Até ao fim da missão e após várias reuniões sobre o mesmo tema, apenas me foi entregue um *draft* do pretendido, com a justificação de que prosseguiam os contactos com uma empresa siderúrgica americana.

Se o governo local se mostrava entusiasmado, por outro lado as agências da ONU com as quais mantinha contacto e reuniões semanais (UNHCR, FAO, UNDP), mostravam-se muito mais cautelosas, por conhecedoras da situação no terreno, apresentando apenas projectos no papel, a serem iniciados quando as PRT estivessem instaladas e houvesse garantias de SASE e FOM.

Assim, para além de ser difícil agendar encontros e reuniões com os seus representantes, de forma a avaliar quais as suas propostas/projectos de ajuda/apoio humanitário em curso, o que iriam necessitar da parte da NATO, o mais frustrante era a inépcia e a lentidão com que tudo se desenrolava.

Em vários encontros foi-me indicado que a ONU se debatia com problemas de pessoal qualificado, sendo, por isso, difícil ter elementos em vários pontos do país. Assim, o que estava previsto era que com a implementação das PRT a colocação de representantes da ONU nestes locais seria efectuada, mas todo o processo estava muito atrasado. Por outro lado, e nos casos em que uma agência, como a UNHCR, já tinha conseguido instalar elementos em algumas cidades mais importantes e seguras, verificava-se falta de coordenação/comunicação entre os diversos intervenientes: ONU - governo afegão - elementos CIMIC das PRT.

Dos projectos apresentados ao longo dos seis meses enquanto LNO, há a referir o da FAO, que desenvolvia um projecto liderado pela Itália, em Herat, destinado a plantar oliveiras para futura produção de azeite, e diversos outros projectos de pequena dimensão destinados a substituir o cultivo da papoila de ópio pela produção agrícola. Um objectivo conseguido, em coordenação com o Ministério da Agricultura afegão foi o da realização da Primeira Conferência Nacional de Agricultores, em Cabul, com a presença do Presidente Karzai.

Outra agência da ONU, a UNHCR, desenvolveu vários projectos para avaliação, controle e apoio a refugiados vindos de países como o Irão e o Paquistão.

A UNDP, por seu turno, apresentou vários projectos no papel, que aguardavam condições para poderem ser implementados não só em Cabul como no interior do país.

No entanto a sua implementação estava dependente das condições segurança e, entre outras, da falta de elementos de ligação (civis) nas PRT que permitissem a coordenação entre as agências e as entidades civis que avançariam com o projecto.³

No entanto não havia falta de dinheiro, pois a missão da UE, por exemplo, tinha como seu Vice-Director um português que, em vários encontros a título particular, nos confidenciou que a União Europeia estava pronta para financiar projectos credíveis que envolvessem avultadas quantias, mas que não havia, até à data, nada de significativo.

Esta sintomatologia e inércia operacional potenciada pelo relevo e clima do país dificultavam ainda mais a logística associada a qualquer programa, encarecendo tudo drasticamente, repercutindo-se na população, que ilustrativamente, aquando da minha estadia em Peshawar no Paquistão e em Nangahar no Afeganistão, em 2008, permitiu confirmar todo o impacto negativo que a não existência de segurança e liberdade de movimento estavam a causar à população. A euforia de 2005 e 2006 estava a dar lugar a uma sensação de crítica e descrédito da NATO, da ONU e de toda a comunidade internacional.

A Ajuda Humanitária de Portugal ao Afeganistão (2006-2010)

Em Setembro de 2005, ainda a desempenhar as funções como oficial do TPSE, então como *Theatre Distribution Manager*, responsável pela distribuição de todos os produtos desenvolvidos pela Célula de PSYOP, tive um encontro de serviço com a gerente de uma empresa afegã cuja responsabilidade era a de distribuir, por toda a área da ISAF, os referidos produtos.⁴

3 Todas as semanas aconteciam vários incidentes, atentados durante o deslocamento, raptos de elementos das OI e ONG, o que dificultava ainda mais a obtenção de elementos qualificados para pegar nos variados projectos.

4 A pessoa em questão, a senhora Mina Wali Azim, provinha de uma família *pasthun* muito conhecida na sociedade afegã, sendo filha do antigo CEMFA (Chefe do Estado Maior da Força Aérea) afegão, à data da invasão soviética em 1979, tendo-se refugiado nos EUA, tornando-se cidadã americana e lá reconstruído a sua vida. Em 2004, após o 11 de Setembro de 2001 e a intervenção dos EUA e da NATO, decidiu voltar ao Afeganistão para avaliar a situação no terreno, tentar encontrar o corpo do seu pai e porque também detinha vários terrenos na zona de Jalalabad, Kunar e Pakthia, perto da fronteira com o Paquistão. Os vários conflitos que o Afeganistão sofreu nos últimos anos, causaram enormes baixas entre a população e um número

Naquele dia, após termos actualizado os assuntos de serviço, apresentou-me o seu plano, através de um folheto que tinha criado e impresso em São Francisco. Perguntou-me se a poderia encaminhar para alguma entidade, elementos da ISAF relacionados com apoio/ajuda humanitária, pois pretendia obter o contacto de organizações que pudessem financiar a construção de escolas, uma vez que já tinha o projecto arquitectónico das mesmas e os terrenos seriam doados para esse fim.

Dadas as minhas funções, a proposta apresentada pela senhora Azim constituía uma alegre coincidência dando-me a possibilidade de poder pegar em toda a documentação disponível e desenvolver ligações aos mais variados níveis dentro e fora do QG da ISAF.

Trocámos contactos e planeámos mais encontros com vista à entrega da documentação necessária à divulgação do projecto e tínhamos tempo até Novembro para obter algo credível e capaz de cativar o interesse de países da NATO ou fora da organização, mas estava decidido a tentar algo em Portugal também, caso tudo falhasse em Cabul.

De facto, e após vários encontros e a elaboração de *folders* com toda a documentação bem como a devida apresentação dos mesmos a diferentes países da NATO, nenhum se mostrou interessado no assunto.

Ao regressar a Portugal, iniciei uma série de contactos com várias entidades ligadas à ajuda humanitária, expondo a situação e o que se pretendia, a documentação que detinha, etc. Contactei e enviei e-mails para jornais nacionais, televisões, etc.

Em dois dias apenas, após contacto com a Assistência Médica Internacional (AMI) recebi um telefonema da Secretária do Dr. Fernando Nobre, presidente da AMI a agendar uma reunião tendo o projecto da HOM como assunto.

Em 9 de Janeiro de 2006 reuni-me com o Dr. Fernando Nobre e esposa, Luísa Nemésio, apresentei-lhe todos os documentos, desde os folhetos, plantas da escola e clínica, de modelo americano, o documento comprovativo da criação da ONG afegã HOM, o seu registo em São Francisco e a autorização por parte do governo afegão para o exercer dessa actividade no país.

Na reunião ficou decidida a ida do presidente da AMI a Cabul entre 14 e 20 de Fevereiro, dando-nos margem de um mês para planear toda a visita em conjunto com a Sra. Mina Azim.

enorme de órfãos. Ao se deparar com tantas crianças órfãs abandonadas, sem abrigo e pedintes, voltou novamente aos Estados Unidos decidida a criar uma ONG afegã de nome *Hope of Mother* (HOM), com sede nos EUA, que pudesse apoiar essas mesmas crianças, através da construção de escolas e clínicas nas suas terras. Abandonou o emprego que detinha em São Francisco e voltou em 2005, como gerente de uma empresa de distribuição de diverso material jornalístico e didáctico, o que lhe permitiu fazer um contrato com a NATO.

Após regresso a Cabul, relatei o ocorrido aos meus chefes directos e iniciei várias reuniões de planeamento da visita. No programa da visita constavam encontros com representantes da UE e os Ministros da Educação e Saúde, bem como visitas aos locais previstos para as obras e, muito importante, encontros com os líderes da comunidade local.

Este aspecto foi sempre referido pela senhora Mina Azim como crucial para o sucesso do projecto, sendo que efectuou, durante Janeiro e Fevereiro, vários contactos e reuniões com esses mesmos líderes com vista a recolher as suas opiniões e conselhos e a garantir o seu acordo para a construção da primeira escola.

Em 14 de Fevereiro de 2006, iniciou-se a visita da AMI ao Afeganistão, tendo ficado acordado o apoio ao projecto da HOM, após uma reunião com os Ministros da Educação e Saúde do Afeganistão. O presidente da AMI deslocou-se aos locais previstos e, em conjunto com a presidente da HOM, manteve reuniões com os líderes tribais locais e os representantes da PRT de Nangahar, sob comando norte-americano.

A AMI concedeu um apoio financeiro de cem mil dólares/ano por três anos (renováveis por mais dois anos) à HOM para construção e despesas de manutenção de uma escola e, posteriormente, de uma clínica, na região de Jalalabad.

Ultrapassados os problemas burocráticos necessários ao início da construção, a mesma teve início em Julho de 2006 e a escola ficou concluída em 2007, tendo as primeiras aulas sido ministradas em Setembro desse ano, no início do ano lectivo.

Inicialmente com 440 alunos⁵ de várias etnias, *pasthuns*, *uzebeques* e muitos *kuchis* (que são nómadas), a escola dava também emprego a 16 professores locais, três elementos de manutenção da escola, um responsável pelo cumprimento dos deveres religiosos e um enfermeiro.

Após o regresso de uma missão no Iraque, em Fevereiro de 2008, e novos encontros com o presidente da AMI, acordámos voltar ao Afeganistão em Abril desse ano, de forma a estarmos presentes “oficialmente” na inauguração da escola e clínica. Na mesma cerimónia participaram vários elementos do governo, representantes da PRT local, membros e autoridades religiosas e alguns *media*.

Durante o ano lectivo 2007-2008 e seguintes, a escola financiada por Portugal, através da AMI, foi agraciada com vários prémios do Ministério da Educação afegão, e considerada escola modelo pelo ensino ministrado e condições disponibilizadas.

5 220 rapazes e 200 raparigas.

De facto o modelo escolhido pela AMI para a realização deste projecto de ajuda humanitária é considerado o mais indicado porque utilizando alguém do próprio país e de confiança, respeita todos os valores locais, emprega vários professores, além de outros funcionários e proporciona educação segundo um programa variado, avaliado como o mais adequado ao ensino no Afeganistão. A própria ONU reconheceu isso mesmo e tornou a AMI numa *NGO in Special Consultative Status with the Economic and Social Council of the United Nations*.

Na mesma visita efectuada em Abril de 2008, tivemos várias reuniões com a Sra. Mina Azim com vista a tentar encontrar soluções de auto financiamento da escola e clínica, além de todas as que já tinham sido realizadas nos EUA, através da organização de eventos de caridade e doações do governo e/ou da PRT local.

Na região de Nangahar também existem muitas viúvas pelo que, e num projecto paralelo, construiu-se um armazém no terreno anexo à escola, permitindo que aquelas se dedicassem à elaboração de artesanato variado, como colares de pedras locais, tapetes, que têm sido vendidos no Afeganistão e também enviados para Portugal.

Alguns percalços relacionados com a segurança foram ultrapassados, através do diálogo com os líderes locais e, actualmente, desde Setembro de 2010, a escola conta com 600 alunos e, pela primeira vez, o número de raparigas é superior ao dos rapazes, o que se pode considerar como outro grande sucesso, tendo em conta o local, perto da fronteira com o Paquistão e a forma como normalmente são vistas as mulheres pela sociedade afegã. O sucesso do projecto permitiu estender o período de financiamento até 2011 e a ajuda humanitária portuguesa ao Afeganistão é considerada por todos um modelo a seguir.

A Ajuda Humanitária Internacional aos Refugiados e Deslocados Afegãos (2007 a 2011)

Apesar de ter terminado a missão no Afeganistão, desde 2007 que continuo a seguir a evolução da situação no terreno (como o aumento do número de forças e a mudança de estratégia, sempre com as NKA em acção a serem cruciais para a conquista dos *hearts and minds* do povo afegão).

Ao mesmo tempo, os atentados e danos colaterais provocados pelos UAV (*Unmanned Aerial Vehicles* – Veículos Aéreos não Tripulados) da NATO começaram a causar um crescente descontentamento entre a população em geral. Esta informação foi-me transmitida, várias vezes, pela senhora Mina Azim, pois a escola está situada numa zona crítica e sensível.

Enquanto isso, as Organizações Internacionais continuavam a tentar, sem grande sucesso, a sua implementação no terreno, mas a falta de segurança aumentava a cada dia e tornou-se cada vez mais difícil conduzir missões de ajuda humanitária.

No entanto, algo foi sendo feito por algumas agências como a UNHCR e a IOM (*International Organization for Migration* – Organização Internacional para as Migrações), que se dedicavam a controlar e monitorizar as entradas de emigrantes vindos do Irão e Paquistão.

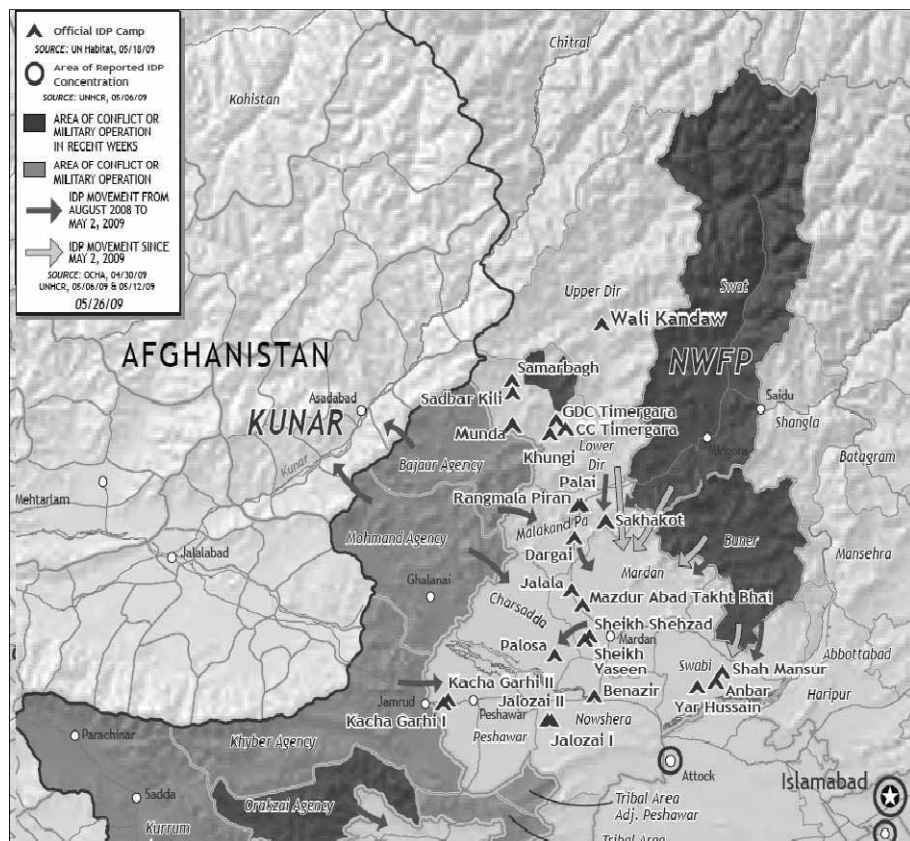
Para melhor compreendermos como está organizado o apoio às populações é necessário apresentar duas organizações ligadas ao desenvolvimento social e económico e à protecção social: o MoRR (*Afghan Ministry of Refugees and Repatriation* – Ministério dos Refugiados e Repatriados) e a ANDMA (*Afghan National Disaster Management Authority* – Autoridade Nacional Afegã de Gestão de Desastres).

A ajuda e apoio humanitário mais visível, teve de facto a ver com o auxílio ministrado aos refugiados, dado que muitos deles foram forçados a regressar ao seu país em 2008, quando o Paquistão obrigou os refugiados que estavam em Peshawar a abandonarem os campos de refugiados, causando por isso muitos transtornos ao próprio governo afegão que não detinha capacidade para receber tantos refugiados.

O Afeganistão chegou a ter 2002 oito milhões de refugiados, no entanto cinco milhões já regressaram ao país. No entanto o MoRR estima que entre 2009 e 2013, o número de refugiados aumente entre 400 mil a um milhão. No entanto, 80% dos restantes refugiados afegãos que se encontram no Paquistão e Irão, estão a viver no exílio há mais de 20 anos, além de que 50% nasceu fora do Afeganistão e se lhes for dada hipótese de escolha, uma grande parte deles prefere ficar no Paquistão e Irão, até que as condições de segurança melhorem. É também necessário efectuar um investimento urgente em desenvolvimento urbano, habitação, emprego, saneamento básico, gestão da água, energia, infra-estruturas eléctricas, etc., mas sem as questões de segurança resolvidas, tudo se torna mais difícil.

A grande maioria dos refugiados paquistaneses é de etnia *pasthun*, das províncias fronteiriças do Afeganistão, que fugiram do país durante a invasão soviética. A maioria dos refugiados afegãos que vivia em campos vive agora em cidades paquistanesas, e os campos de refugiados que se mantêm abertos fazem lembrar pequenas cidades dado o enorme número de habitantes. A muitos falta-lhes uma educação formal e após terem reconstruído as suas vidas no Paquistão, não querem regressar ao Afeganistão, mesmo que mantenham ligações a pequenos grupos tribais no Afeganistão.

Figura 5 - Os Campos de Refugiados no Paquistão



Também existem afegãos deportados do Irão que em 2008 foram 406.524, mas entre Janeiro e Julho de 2009 foram cerca de 207.976. O número de afegãos deportados diariamente em 2009 foi de 1.062, comparado com os 865 do ano de 2008, representando um aumento de 23 por cento relativamente ao ano anterior.⁶

6 Pode-se questionar se o aumento do número de refugiados deportados não reflecte múltiplas entradas dos mesmos indivíduos, expulsões, etc., dado saber-se que os contrabandistas profissionais são conhecidos por oferecerem três tentativas para entrada no Irão como parte dos seus serviços, até porque 96% dos deportados são do sexo masculino.

Dentro do próprio país, o governo afegão depara-se com cerca de 235 mil deslocados/ano. Estes deslocados são fruto de:

- problemas de segurança/protecção:
 - o terra ou propriedade retiradas;
 - o segurança da família em risco;
 - o não existência de *rule of law* relativamente aos senhores da guerra e criminosos.
- problemas económicos;
- desastres naturais;
- conflitos armados.

A maioria dos deslocados resultantes de problemas de segurança/protecção, IDP (*Internally Displaced Persons*), pertencem à etnia *pasthun*. Sofreram na sua maioria a confiscação das suas propriedades por parte dos senhores da guerra no Norte do Afeganistão e não se sentem seguros nas suas aldeias de origem devido a ameaças destes.

Como é óbvio, a maioria dos afegãos e especialmente os de etnia *pasthun* dão muita importância à família e à sua honra. Se tentarem regressar às suas aldeias após terem sido repatriados durante muito tempo e um senhor da guerra violar ou raptar adolescentes ou mulheres dos seus parentes mais próximos (crimes frequentes na parte norte do Afeganistão) terão que abandonar a região para sempre, devido a constrangimentos sócio-culturais. Só o reforço pelo governo da segurança e a implementação de instituições que estabeleçam o *rule of law* é que lhes permitirá regressar no futuro.⁷

Desde Fevereiro de 2011, quando iniciei nova missão no HQ ISAF, desta vez na área das informações, que elabore *assessments* vários sobre a situação no terreno e ao mesmo tempo continuo a desenvolver os contactos com vista à concretização de projectos futuros na área humanitária ao abrigo do preconizado na Cimeira de Lisboa da NATO.

De facto, esta Cimeira deu início ao chamado Processo de Transição e desde Fevereiro de 2011 quando fui nomeado como OPR (*Officer Primary Responsible*) da INTEL para o Processo de Transição que através de diversas reuniões semanais que tenho sobre este assunto com entidades do governo afegão, da ISAF e de Organi-

⁷ Aconteceu, várias vezes, que deslocados das suas aldeias conseguiram ao fim de muito tempo a desejada vingança depois de décadas. Muitas vezes a vingança passa de uma geração para a outra.

zações Internacionais, tenho obtido as mais variadas percepções sobre a situação e expectativas relativamente à evolução do Processo de Transição, cujo principal objectivo é o de efectuar uma transferência gradual e efectiva da autoridade da NATO para as províncias afegãs e para o controlo do governo afegão e respectivas Forças de Segurança, Exército (ANA), Polícia (ANP), Polícia Local (ALP), etc. Esta transferência está dividida em várias tranches, estando neste momento por decidir quais as províncias/cidades/áreas que irão integrar a tranche 2.

Ao mesmo tempo que se sucedem as reuniões e avaliações no terreno quanto ao estado de segurança, de governação e economia de cada província, a NATO, através da NTM-A (*NATO Training Mission - Afghanistan*) procura preparar um cada vez maior número de Forças de Segurança Afegãs, para que a transferência das diversas áreas do território para controlo afegão seja efectuada de uma forma segura e com elementos bem treinados.

Relativamente à ajuda humanitária internacional, no que se refere aos repatriados, em 15 de Junho de 2011, o Irão declarou que iria começar a repatriar os 1.5 milhões de afegãos que se encontram sem documentação no seu país a uma média de 50000/mês. Tal operação iniciou-se em Agosto de 2011. A UNHCR declarou só ter capacidade para acolher 5000 repatriados mês, e após visitas de parlamentares afegãos, o Irão indicou então que iria permitir a legalização e o regresso dos afegãos dando prioridade às famílias. Até meados de Agosto, a UNHCR tinha um registo de 8000 repatriados e os consulados iranianos parecem não querer ou ter capacidade de providenciar mais vistos para os processos de legalização.

A NATO e as Nações Unidas, através da UNHCR, têm desenvolvido todos os esforços para atrasar ou assegurar que esta operação seja processada com o devido rigor e controle, não apenas por razões estritamente humanitárias, mas essencialmente de segurança, devido à possibilidade de infiltração de insurgentes e inerentes ataques que podem efectuar às ANSF (Forças de Segurança Afegãs).

Observações Finais

Os acontecimentos ocorridos recentemente demonstram que desde meados de Junho de 2011, há uma mudança de estratégia dos insurgentes, visando ataques mais específicos a figuras chave do governo afegão, líderes locais e todo o tipo de Forças de Segurança afegãs de forma a provar que o governo não tem capacidade de, sozinho, garantir a estabilidade e segurança do país. De facto a juntar aos mais variados incidentes, dos últimos anos, em 2011 verificaram-se ataques mais sofisticados, como o de 13 de Setembro a vários locais chave de Cabul, incluindo o HQ da ISAF e a Embaixada dos EUA, além de atentados a líderes afegãos, como os

assassínios do meio irmão do Presidente Karzai, do Governador de Kandahar e do Chefe da Polícia Afegã em Takhar, no Norte do país, e em 20 de Setembro o assassinato do antigo Presidente Rabanni, que liderava o Processo de Reconciliação Nacional, dão-nos uma imagem da dimensão dos riscos em termos de segurança na condução das operações de ajuda humanitária. O tipo de alvos e o sucesso alcançado demonstram um elevado grau de planeamento e apoio vindo do exterior.

Estes atentados pelo mediatismo que originam condicionam negativamente a liberdade de movimento, agudizando um ambiente de insegurança, caracterizado pelos seguintes obstáculos:

- dificuldades logísticas;
- esforço financeiro gigantesco;
- características do terreno;
- divisões étnicas/falta de diálogo;
- falta de pessoal qualificado.

A estratégia iniciada pelo General McChrystal, foi continuada e aprofundada pelo General Petraeus e agora, ao fim de 10 anos de operações o actual comandante da ISAF, General Allen, aposta num maior papel das NKA, através de um plano de comunicação, com vista a (re)conquistar os *hearts and minds* do povo afegão, acompanhado de um incremento também nas KA. Deste plano de comunicação fazem parte panfletos em inglês, *pashtum* e *dari*, onde se pode comparar a evolução da situação sócio-económica do país de 2001 a 2011, ilustrando-se com o número de escolas, hospitais, crianças na escola, indústria, etc.

Paralelamente alguns países, como a França, já instalaram LMT (*Liaison Monitoring Teams*) em algumas aldeias mais seguras, onde contactam os líderes locais e o povo em geral para avaliar a sua situação e as suas necessidades. Não estão ainda numa base 24h-24h, até porque culturalmente não é aconselhável, mas é um passo. Outro exemplo é o do Exército norte-americano, que também faz deslocar diariamente elementos de ligação, antigos combatentes no Iraque e Afeganistão, voluntários, trajando à civil, contactos com os locais em aldeias e vilas.

Na prática estão a utilizar-se os métodos tão conhecidos e desenvolvidos pelas forças armadas portuguesas nos conflitos em África entre 1961-74, assente numa acção psicológica como uma das formas mais eficazes para obter uma reacção positiva da população local.

Se tivermos em conta e conhecermos bem o povo afegão, a sua forma de estar ao longo de séculos, o seu orgulho e honra, compreendemos que a maioria dos que realizam os mais diversos atentados suicidas nada ou pouco têm a ver com esse mesmo povo que ama e vive neste país mártir.

Em tantos encontros e contactos que mantive ao longo do tempo que lá permaneci, especialmente entre 2005 e 2006, da estadia no Paquistão em Abril de 2008, e desde Fevereiro de 2011, jamais fui alvo de manifestações de ódio por parte do povo afegão local com quem contactei, tendo sempre se manifestado afável, humilde e crente num futuro melhor com a ajuda da comunidade internacional, NATO incluída.

Não há fórmulas mágicas para a solução de conflitos tão sensíveis e específicos como este, mas as estratégias desenvolvidas de NKA e a colocação de mais forças no terreno, estão a surtir efeito, apesar dos últimos incidentes poderem dar outra ideia. Aliás, é do senso comum que o objectivo dos ataques mais sofisticados efectuados em Cabul e os assassinios de líderes afegãos visam apenas colocar em causa a continuação do reforço das instituições afegãs.

Perante este ataques torna-se crucial reforçar a aposta no diálogo com a participação o mais largada possível quanto às decisões a tomar no que concerne ao futuro do país – o chamado *Key Leader Engagement* – com base num objectivo comum, procurando cooptar os líderes insurgentes mais moderados, aqueles que são verdadeiramente afegãos.

A aposta na saúde, na educação, no emprego, no desenvolvimento urbano, no saneamento básico, na gestão da água e da energia, é vital para ganhar a confiança da população local. Mas nada disto será possível sem se conseguir um SASE e uma FOM como tantas vezes referido.

Para finalizar, é de louvar o exemplo que Portugal tem dado mesmo perante tantas dificuldades, na área da ajuda humanitária, através da AMI, apoiando as crianças e o povo do Afeganistão, com a sua escola, clínica e um futuro centro de formação profissional em Cabul num projecto conjunto com União Europeia. Há que acreditar que a paz e o desenvolvimento são possíveis envolvendo todos os actores na prossecução deste fim.